



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

## TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0005260-82.2018.8.26.0566 - 2018/001308**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 113/2018 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**  
 Réu: **JEFERSON APARECIDO DA SILVA**  
 Data da Audiência: **16/10/2018**

Réu Preso  
 Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **JEFERSON APARECIDO DA SILVA**, realizada no dia 16 de outubro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. GIULLIO CHIEREGATTI SARAIVA**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. LUCAS CORRÊA ABRANTES PINHEIRO**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, \*pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas GILBERTO ADANS DE OLIVEIRA e THIAGO MAZZI LEONCINI. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

*(Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça).* A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. JEFERSON APARECIDO DA SILVA**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 33, "caput" da Lei 11.343/2006. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia. A defesa requereu o decreto absolutório e em caráter subsidiário a desclassificação para as penas previstas no art. 28 da Lei 11.343/2006. **É o relatório. DECIDO.** Conforme declarações do policial militar Gilberto Adans, o mesmo estava em patrulhamento pelo local dos fatos, que é conhecido como ponto de tráfico de drogas, sendo que o acusado encontrava-se naquele ponto e ao avistar a aproximação policial, dispensou uma bolsa em cujo interior estavam as drogas apreendidas. O acusado foi detido por corresponder à descrição de denunciante anônimo que informou as características de uma pessoa que estava vendendo drogas naquele local. No mesmo sentido foi o depoimento do policial militar Thiago Mazzi. Nada nos autos infirma o valor probatório das declarações dos policiais militares. E por isso mesmo, suas declarações são dignas de crédito. Embora ao acusado tenha afirmado que tinha em seu poder apenas a maconha e que esta destinava-se ao seu consumo pessoal, não existem elementos que indiquem qualquer interesse dos policiais em acusar falsamente o acusado. Ademais, conforme declarou o réu em seu interrogatório, o mesmo não conhecia os policiais militares anteriormente aos fatos e não existem nos autos mínimos informes que permitam sequer imaginar o motivo de uma leviana imputação contra o réu. A diversidade de drogas, sua quantidade, modo de acondicionamento, bem como a ausência de petrechos para consumir as drogas (como cachimbo, papel, isqueiro, etc) não deixam dúvidas que o acusado estava em plena realização do tráfico quando foi surpreendido. A materialidade está demonstrada pelos laudos de fls. 47/53. Finalmente, anoto que não há prova de que o acusado tenha sofrido agressões por parte dos policiais. Procede a acusação. Fixo a pena base em 05 anos de reclusão e 500 dias-multa. O acusado é reincidente específico, razão pela qual aumento a pena de  $\frac{1}{4}$  perfazendo o total de 06 anos e 03 meses de reclusão e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

625 dias-multa. Em razão da reincidência específica o acusado iniciará o cumprimento da pena em regime fechado. Estabeleço o valor do dias-multa no mínimo legal. Permanecem inalterados os motivos que ensejaram a prisão cautelar, razão pela qual o acusado deverá permanecer preso cautelarmente durante o processamento de eventual recurso, para a garantia da ordem pública. Recomende-se o acusado na prisão em que se encontra. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **JEFERSON APARECIDO DA SILVA** à pena de 06 anos e 03 meses de reclusão em regime fechado e 625 dias-multa no mínimo legal, por infração ao artigo 33, "caput", da Lei 11.343/2006, Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de recorrer da presente decisão. O MM Juiz recebeu o recurso, abrindo-se vista à Defesa para apresentação das razões recursais.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: